

CONSTITUINTE

# Um pacto para acelerar as votações

por Cecílio Pires de Brasília

Preocupados com os rumos da transição, onze presidentes de partidos políticos reuniram-se ontem pela manhã no gabinete do presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para debater a situação nacional. Na final do encontro, divulgaram uma nota em que decidem "manter um processo de consultas, com vistas ao fortalecimento da democracia brasileira, para o que é indispensável, e pronta conclusão dos trabalhos da Constituinte".

Na visão do presidente do PFL, senador Marco Maciel, houve consenso em quase tudo, na análise da crise brasileira. "Todos estão preocupados com o quadro político e interessados em evitar um conflito entre poderes em conjurar a crise política. Os presidentes concluíram também, por unanimidade, que é necessário concluir a transição e finalizar logo os trabalhos da Constituinte", afirmou Maciel.

O ex-governador do Rio e presidente do PDT, Leonel Brizola, criticou o parlamentarismo, durante a reunião e foi voto vencido quando propôs que a defesa do presidencialismo constasse da nota oficial do encontro. Segundo Brizola, o

Pais vive hoje duas ameaças: "Uma é a do governo contra a Constituinte", disse o ex-governador, referindo-se à possibilidade de o presidente Sarney vir a consultar o STF para garantir seis anos de mandato, caso a Constituinte aprove os quatro anos. A outra, na opinião do presidente do PDT, "é a ameaça da Constituinte sobre o povo, pois quer caçar o direito do voto direto, aprovando o parlamentarismo". Na opinião de Brizola, a aprovação do parlamentarismo agora significará a reedição do colégio eleitoral.

Segundo o senador Affonso Camargo, que representou o presidente do PTB, Paiva Muniz, não se tratou do mandato presidencial durante o encontro, "apesar de a maioria dos participantes serem favoráveis aos quatro anos". O prazo final da transição acabou gerando "uma discussão acadêmica", segundo o senador. Alguns defenderam que ela termina com a Constituinte, e outros, que só será concluída com as eleições para a sucessão de Sarney.

De acordo com Camargo, os presentes concluíram que devem "contribuir para que o processo de transição se faça de forma rápida e pacífica e que há mui-

ta gente, no governo, tentando prejudicar o processo de transição democrática. O que se deseja é que seja criado um clima de grandeza neste momento e que precisamos fazer algo para diminuir as tensões, minimizar o conflito entre o Executivo e o Legislativo", concluiu.

Os presidentes de partidos acreditam, ainda, que o encontro gerou um fato político importante para consolidar o processo democrático, "uma reunião que não se realizava há 28 anos. Segundo Affonso Camargo, "a democracia só se consolida com o fortalecimento dos partidos políticos. Na hora em que a própria criação de grupos suprapartidários na Constituinte é uma demonstração de fraqueza dos partidos, essa reunião marca um ponto de partida para o fortalecimento partidário". Uma nova reunião, em data ainda a ser marcada, foi combinada ao final do encontro.

Presente na reunião, o velho líder comunista e presidente do PCB, Salomão Malina, considerou a reunião um encontro de peso, importante "para garantir a democracia, a soberania da Constituinte e para unir esforços para a conclusão dos trabalhos o mais rápido possível".

## Brizola ameaça ir às ruas

por Cecílio Pires de Brasília

Defensor intransigente do presidencialismo e candidato à Presidência da República, o ex-governador do Rio, Leonel Brizola, aproveitou sua passagem por Brasília, ontem, para fazer uma advertência a cerca de dez parlamentares progressistas do PMDB, a quem convidou para um almoço no Hotel Nacional: sairá às ruas para mobilizar a população, em campanha contra o parlamentarismo, se a Constituinte aprovar esse sistema de governo.

A revelação foi feita pelo deputado Antônio Perosa (PMDB-SP), vice-líder do PMDB na Constituinte, que participou do encontro ao lado de um grupo majoritariamente parlamentarista. Brizola foi prontamente contestado pelos presentes. O deputado Otávio Elisio (PMDB-MG) disse ao presidente do PDT que a única forma de prestigiar a Constituinte é aceitar o que ela deliberar e respeitar sua soberania. Ao tomar aquela posição, segundo Elisio, Brizola estaria deliberando contra o povo.

Ao terminar o almoço, sem conseguir convencer a maioria dos presentes, Brizola ainda ironizou, dizendo aos deputados que "possivelmente nos encontraremos mais à frente", referindo-se ao segundo turno das eleições presidenciais. Atacou, ainda, o segundo turno, caso o sistema aprovado seja o parlamentarismo, tachando-o de "antidemocrático".

O deputado Antônio Perosa ponderou

ao ex-governador que "esta frente de progressistas que lutam pela democracia deve começar conversando em torno dos pontos que unem a todos. Em nome de uma certa homogeneidade de interesses, que, acreditamos, sejam de interesse da população, essa frente não pode começar nos desunindo", afirmou. E a única coisa que une todos os progressistas, segundo Perosa, é a necessidade de realizar eleições neste ano.

"Mas que eleições?", contrapôs Brizola, referindo-se à dúvida quanto ao sistema de governo em vigor.

Perosa, que integra o grupo dos "históricos" do PMDB, contou ainda que a candidatura do deputado Ulysses Guimarães dentro do partido, hoje, não é consensual. Segundo revelou, o grupo "histórico" tem discutido o problema e concluiu que as chances de Ulysses vencer nas urnas são pequenas.

"A convenção do PMDB é pragmática e isto quer dizer que o partido sempre avalia, ao escolher um candidato, suas chances reais de vencer uma eleição. Por isso, os 'históricos' querem abrir um leque de alternativas, discutir outros nomes."

Entre os candidatos apontados nessas conversas, Perosa citou o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro; o senador Mário Covas, o governador da Bahia, Waldyr Pires; o governador de Pernambuco, Miguel Arraes; e o senador Fernando Henrique Cardoso.

## Constituinte aprova normas que possibilitam a fusão de partidos

A Assembléia Nacional Constituinte concluiu a votação do Capítulo dos Direitos Sociais, rejeitando a adoção do voto destituído, que cassaria o mandato dos eleitos que perderam a confiança popular, negando a perda de mandato para quem trocar de partido e restabelecendo o texto da Comissão de Sistematização relativo à impugnação do mandato eletivo.

O restabelecimento do texto da Comissão de Sistematização referente à impugnação de mandato eletivo se deu com a aprovação de destaque do deputado

Virgildásio de Sena (PMDB-BA), por 343 votos a favor, 18 contra e 8 abstenções.

Como inovação em relação ao texto constitucional em vigor, além da criação, o texto aprovado ontem permite também a fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos, que agora deixam de estar sujeitos à regulamentação por lei federal. Caberá aos partidos a autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento. As regras sobre fidelidade e disciplina partidárias serão definidas nos

estatutos, como informa a repórter Ana Cristina Magalhães, da sucursal de Brasília.

Ao contrário da norma constitucional em vigor, que permite apenas a criação de novos estados através de lei complementar, o novo texto dispõe que poderá haver incorporação, subdivisão ou desmembramento de estados para se anexarem a outros ou formarem novos estados ou territórios. Para isso será necessário a aprovação das Assembleias Legislativas, das populações diretamente interessadas, através de

plebiscito, e do Congresso Nacional, mediante lei complementar.

As votações de hoje se iniciam pela definição de bens da União. Até ontem não havia acordo sobre os recursos minerais e o subsolo, que não integram a lista dos bens previstos no projeto do Centrão, que serve de texto básico às votações.

O deputado Ulysses Guimarães quer chegar a um entendimento para votar todo o Título III até segunda-feira, iniciando a votação do Título IV já na terça-feira.

## Presidente voltará às críticas pelo rádio

A suspeita de que a Constituinte tornou "pálido" o desempenho de seu governo, move o presidente José Sarney no sentido de insistir na tentativa de equilibrar a influência entre os dois poderes. Essa posição, definida por assessores da presidência, deve levar o presidente a um novo pronunciamento crítico à Constituinte, no programa

"Conversa ao pé do rádio" de hoje. A recente aprovação do direito de voto facultativo aos maiores de dezesseis anos, por exemplo, causou novo mal-estar no Palácio do Planalto. O governo, segundo esses mesmos assessores, entende que essa medida vai colocar as principais decisões políticas nas mãos de crianças, conforme a Agência Globo.

## Governo ainda aposta nos 5 anos

por Mariângela Hamu de Brasília

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse ontem a este jornal que "o trabalho de marketing a favor da aprovação do mandato presidencial de quatro anos está muito denso, inclusive na imprensa", e que somente por esta razão acredita-se tanto que a tese sairá vencedora.

Baseado nos dados de que dispõe o governo, Costa Couto está seguro de que a emenda Matheus Lensen, que já recebeu — segundo ele — 319 assinaturas a favor de um mandato de cinco anos para o presidente Sarney e seus sucessores, será aprovada com folga, quando for votada pelo plenário da Constituinte, nos próximos dias.

"O lobby pelos quatro anos está mais denso, só isto. Mas este raciocínio não tem qualquer lógica", afirmou o chefe do Gabinete Civil, convencido de que há um erro de avaliação e de previsão correndo solto.

"Há de se lembrar que a emenda Lensen já tem 39 assinaturas acima dos 280 votos que garantem sua aprovação pela Constituinte."

Costa Couto acha que "com o que se tem de objetivo até o momento, mesmo que houvesse mudanças de posição de 39 signatários e nenhuma nova adesão ao mandato de cinco anos, ainda seria possível aprovar a emenda Matheus Lensen", que ganhou prioridade de votação. Ele espera — assim como o governo — novas adesões nos próximos dias.

O governo decidiu desde ontem, após a primeira tentativa frustrada de atrair parlamentares em bloco para a tese de que a economia poderá "explodir" se houver eleições presidenciais neste ano, que há uma única maneira de evitar uma derrota na Constituinte, na questão do mandato presidencial: empenhar-se, novamente, numa batalha corpo-a-corpo e assegurar cada voto de que precisa para evi-

tar a derrota da emenda Matheus Lensen.

O presidente José Sarney, com o endosso do ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, acredita que uma eleição presidencial neste ano seria "desastrosa" para a economia brasileira. Por isto, está decidido a utilizar todos os meios de que dispõe para garantir a maioria de 280 votos e aprovar o mandato de cinco anos para Sarney, o que empurraria as eleições para o próximo ano.

A reunião realizada ontem, em Brasília, na casa do deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), para atrair o senador Marco Maciel e seu grupo para a tese dos cinco anos, deu em nada, segundo um de seus participantes.

"Se era esta a intenção, e isto não foi dito claramente em nenhum momento, não deu certo", afirmou um dos presentes ao encontro.

A reunião, da qual participaram os ministros da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco

Viana; das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, além dos senadores Marco Maciel e Jorge Bornhausen, do PFL; Virgílio Távara, do PDS; e Saldanha Derzi, do PMDB terminou, inconclusiva.

O senador Jarbas Passarinho, que também participou do encontro, disse ontem que não crê em possibilidade de um golpe de estado no Brasil, neste momento.

"Não vejo, honestamente, nenhum perigo iminente", afirmou o senador paraense, emendando: "Entretanto, é melhor deixar o diabo adormecido. Se ele está dormindo, melhor não mexer com ele".

Nos próximos dias o senador divulgará um manifesto pedindo ao Congresso tranquilidade para que a transição democrática se faça sem traumas. "O comportamento dos militares tem sido esplêndido. E preciso que haja uma contrapartida e a Constituinte faça uma carta responsável e séria", afirmou o senador.

## A proposta dos governadores

por Nilo Sérgio Gomes do Rio

As discussões públicas sobre as candidaturas à sucessão presidencial devem ser deixadas para depois da assinatura da nova Constituição, que precisa entrar logo em vigor. O papel do PMDB, neste momento, é elaborar imediatamente um novo programa de ação que em cinco ou seis pontos expresse as principais necessidades do País, a partir das mudanças que serão possíveis na sociedade e em suas instituições com a aplicação do novo texto constitucional.

Estas foram as posições defendidas ontem pelo governador do Rio, Wellington Moreira Franco, partidário dos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, e que esteve reunido no Palácio das Laranjeiras com o governador de Santa Catarina, Pedro Ivo, que veio ao Rio entregar 100 toneladas de remédios, roupas e alimentos para os desabrigados das enchentes. Pedro Ivo, que defende o mandato de cinco anos, concordou com o governador fluminense em relação à prioridade de um programa de governo para o PMDB e disse que a reali-

## Um plano de emergência

por Carlo Iberê de Freitas de Brasília

O vice-governador de São Paulo, Almino Afonso, se encontra hoje com o governador Newton Cardoso, em Belo Horizonte, para tentar obter o apoio do governador mineiro ao "Programa de Emergência" para o Brasil, idéia proposta pelo governador de Goiás, Henrique Santillo, em colaboração com o governo Orestes Quércia.

Almino, em companhia do secretário de Planejamento de Goiás, Fernando Safatle, já visitou os governadores do Ceará, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

zação de eleições presidenciais neste ano é possível "mas não recomendável". Ele acha que primeiro o País deve sair da estagnação econômica.

Moreira Franco está defendendo um programa de governo sucinto e objetivo, definindo diretrizes de seu partido para uma política

Ontem, o governador Santillo manteve contatos em Brasília com as principais lideranças do PMDB.

Segundo Safatle, todos os governadores consultados apoiaram a necessidade de se propor alguma coisa que faça frente à arrematadora crise econômica nacional e regional. As condições estão mais do que maduras no ponto de vista dos governadores para que a gente avance no encaminhamento de um programa de emergência de curto prazo", avaliou.

O secretário de Planejamento goiano acrescentou que "a questão básica é a incapacidade de a economia crescer devido à crise política".

industrial e uma política tecnológica. Além disso, um plano nacional de obras públicas, empregando a vasta mão-de-obra ociosa no País, e a definição de princípios para a negociação da dívida externa. Ele sustenta a defesa desta proposta argumentando que a entrada em vigor da

nova Carta constitucional implicará em transformações profundas na sociedade brasileira, sendo, portanto, indispensável que o PMDB apresente suas diretrizes para o que ele está considerando como um novo estágio político da história do País.

Reticente e evitando as questões mais polémicas, o governador de Santa Catarina considera secundária a discussão sobre o mandato do presidente José Sarney. Pedro Ivo alega que é preciso primeiro resolver as questões econômicas mas não deixou claro como o País deixará a tranquilidade que ele reclama para a gestão econômica sem a solução do impasse político criado com a insistência de Sarney em manter-se por mais tempo no cargo.

Tanto Pedro Ivo quanto Moreira Franco, entretanto, mostraram-se preocupados com a demora do desfecho da Assembléia Nacional Constituinte. Eles querem a votação já da nova Carta magna e o governador do Rio afirmou que o importante é que todos os segmentos sociais respeitem e respaldem a constituição que for aprovada, sem recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF).